

OS DESAFIOS DAS COMISSÕES DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS

Rita Leal PAIXÃO¹

RESUMO - O objetivo desta apresentação é destacar e discutir os problemas éticos que ocorrem durante a análise de projetos de pesquisa envolvendo o uso de animais, pelas chamadas Comissões de Ética no uso de Animais. Uma breve síntese do processo histórico de formação dessas Comissões também será apresentada e a situação no Brasil será referida em concomitância à situação internacional a fim de contextualizar os principais desafios dessas Comissões.

Termos para indexação: uso de animais, experimentação animal, comissão de ética animal.

THE CHALLENGES OF THE ETHICS COMMISSIONS IN THE USE OF ANIMALS

ABSTRACT - The objective of this presentation is to highlight and discuss the ethical problems that occur during the analysis of research projects involving the use of animals, by the Ethics Committees in the use of animals. A brief summary of the historic process of formation of these committees will also be presented and the situation in Brazil will be referred in concomitance to the international situation in order to contextualize the main challenges of such committees.

Index terms: Use of animals, animal testing, animal ethics committee.

As comissões de ética relacionadas à investigação científica surgiram nos Estados Unidos da América (EUA), em decorrência de diversos escândalos envolvendo denúncias de abusos em pesquisas em seres humanos, os quais se tornaram públicos nos anos 60 e 70. Em 1966, o National Institute of Health (NIH) propôs que ocorresse uma revisão ética dos protocolos por uma comissão de pares (PARIZEAU, 1993). Em 1975, uma emenda feita à Declaração de Helsinque (documento referência da Associação Médica Mundial que regula pesquisas envolvendo seres humanos em nível internacional, datado de 1964, que já foi submetido à várias revisões) estabeleceu a obrigatoriedade de revisão ética dos protocolos de pesquisa por uma Comissão de Ética.

¹ Médica Veterinária, MSc., DSc., professora adjunta do Departamento de Fisiologia e Farmacologia, Diretora do Instituto Biomédico da Universidade Federal Fluminense. Rua Professor Hernani Melo, 101, CEP. 24210-150 – Niterói, RJ. rpaixao@vm.uff.br

A partir de então, diversos documentos e normatizações buscaram aprimorar e implantar essa forma de controle ético das investigações científicas envolvendo seres humanos em diversas partes do mundo. Atualmente, no Brasil, o sistema CEP-CONEP, constituído por Comitês de Ética em Pesquisa institucionais e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, implantado com a Resolução 196/96 CNS/MS (BRASIL, 1996) é importante mecanismo de controle ético das pesquisas envolvendo seres humanos.

Outro aspecto a ser destacado em relação a essas comissões é que elas também serviram de exemplo para a constituição de um sistema de controle ético das pesquisas envolvendo animais não humanos. Pois, a partir dos anos 70, também aumentaram as denúncias de abusos em pesquisas com animais, assim como houve um crescimento do debate ético acerca da moralidade do uso de animais, tornando-se necessária uma abordagem ética da questão pela sociedade em geral.

No entanto, em relação ao controle ético das pesquisas envolvendo o uso de animais ainda não há um sistema oficial estabelecido e regulamentado no país, em nível nacional. Embora as comissões de ética no uso de animais existam em diversos estados do Brasil e seus números sejam crescentes, observam-se diversos conflitos e desafios enfrentados por essas comissões. É fundamental buscar esclarecer a origem de alguns desses conflitos, o que se pretende fazer ao longo dessa apresentação.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que convivem hoje

praticamente duas posições críticas acerca da experimentação animal: os abolicionistas (contrários ao uso de modelos animais em pesquisas) e os reformistas (para esses certas formas de experimentação são aceitáveis a partir de certas restrições). Com isso, a própria existência de uma comissão de ética composta em sua maioria por cientistas torna-se questionável e pode ser criticada por apoiar-se num consenso prévio a favor do uso de animais como modelos de pesquisa. Nesse sentido, um importante ponto crítico a ser debatido é a composição dessas comissões. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é constituído e atua de acordo com quatro princípios para o processo de revisão: independência, competência, pluralismo e transparência. Destaca-se aqui que esses mesmos princípios devem ser observados nas Comissões de ética no Uso de Animais, contrariamente a idéia defendida por Silverman e colaboradores (2007) de que o mais importante nessas comissões é que seus membros sejam bem treinados e que garantam treinamento adequado aos pesquisadores sobre como utilizar os animais, isto é, reduzindo a missão central dos comitês ao "treinamento". A missão central desses Comitês é uma avaliação ética, isto é, se é bom ou ruim que seja feito o que está sendo proposto e se deve ou não ser realizado daquela forma proposta. Para que isso efetivamente ocorra é fundamental uma composição pluralista dessas comissões, nas quais devem coexistir concepções legítimas do que é bom e do que é mal. Não somente os cientistas devem estar

representados, mas também aqueles comprometidos com os interesses e o bem-estar dos animais e com os interesses de toda a sociedade.

Outro aspecto a ser destacado é o propósito da pesquisa. Uma avaliação verdadeiramente ética não pode se abster de considerar o valor social ou científico da pesquisa. Essa exigência moral também contraria a idéia de que o treinamento é o mais importante, embora a validade científica também deva estar presente, isto é, para que uma pesquisa, seja ela qual for, seja confiável é preciso que seja conduzida de maneira metodologicamente rigorosa.

Outra questão regularmente apontada como problemática é o acompanhamento dos protocolos de pesquisa. Como essas comissões usualmente não acompanham as pesquisas, o que efetivamente ocorre aos animais depende quase sempre do senso ético do pesquisador e de sua equipe. Nesse sentido, chama-se cada vez mais a atenção para a necessidade de um sistema de acompanhamento e de formação adequada dos pesquisadores e técnicos, durante a qual possam aprimorar discussões sobre aspectos éticos (ex.: estatuto moral do animal) e técnicos (ex.: reconhecimento da dor nas espécies animais).

A questão da independência também surge como aspecto problemático, visto que os pesquisadores podem apresentar conflitos de interesses ao fazerem a análise de um projeto ou mesmo ao fazer a proposta de um protocolo, visando apenas um interesse pessoal, tal como finalizar uma tese de mestrado ou doutorado. É fundamental que tais avaliações de protocolos de pesquisa ocorram de

forma independente, sem a participação daqueles envolvidos, direta ou indiretamente nas pesquisas.

Além dos problemas e desafios que envolvem essas comissões desde a sua origem, tais como os citados acima, diversos outros desafios tem se tornado crescentes, como por exemplo, em relação à própria aplicação dos 3Rs. A partir da proposta dos 3Rs (replace, reduce, refine) para a experimentação animal, feita em 1959 por Russel & Burch (1992), eles se tornaram uma destacada referência para a atuação dessas comissões. No entanto, cada vez mais questionam-se alguns aspectos relacionados à implementação dos 3Rs. Como obter informações sobre os métodos alternativos? Como fazer chegar aos pesquisadores tais informações? Como obter um delineamento estatístico visando à redução do número de animais? Como avaliar possíveis efeitos adversos em animais transgênicos e, consequentemente, como avaliar a relação custo-benefício? Como reverter o aumento dos números que refletem o grande número de animais necessários para a produção e manutenção das colônias e a ineficiência dos métodos usados para desenvolver linhagens transgênicas ou mutações? Quais são os procedimentos que podem minimizar o impacto no bem-estar do animal? Como obter um registro preciso dos números de animais utilizados? (ORLANS, 1993). Esses, dentre outros, constituem-se em importantes desafios para as comissões de ética no uso de animais e precisam ser discutidos por toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos**. Brasília: abril, 1997.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. Surveying and Evaluating Ethical Review Practices. TDR/PRD/ETHICS/2002.1 Geneva.

ORLANS, F. B. In The Name of Science. **Issues in Responsible Animal experimentation**. Oxford: Oxford University Press, 1993. 297p.

PARIZEAU, M.H. Comissões de Ética. In: G. HOTTOIS, M.H. PARIZEAU (Eds.), **Dicionário de Bioética**. Lisboa: Instituto Piaget, p. 81-88, 1998.

SILVERMAN. J.; SUCKOW, M. A.; MURTHY, S. Preface to the First Edition. In: J. SILVERMAN; M.A. SUCKOW,, S.MURTHY (Eds.), **The IACUC Handbook**. New York: CRC Press, s/p, 2007.